



PROPOSTA N.º 796-P / 2015

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que a requerente Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A., solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas

Reunião de

2 0 OUT. 2015

Docº Agendado com o
Nº 6

instalações situadas em S. João das Lampas, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável, condicionado à consulta do GPDM em fase de apreciação técnica, principalmente nas operações que preveem a ampliação dos estabelecimentos, para que possa auxiliar a gestão urbanística na adoção da melhor solução técnica em matéria de ordenamento do território.

Considerando ainda os requisitos exarados na informação nº 3805/2015 da DGLI, nomeadamente:

- Condicionada a que seja regularizada a inscrição matricial dos edifícios existentes e licenciados até ao prazo de vigência do diploma - 31.12.15;
- A presente declaração de interesse municipal quanto ao edifício titulado pelo OB/220/2008, será condicionada à observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes das condições ao licenciamento urbanístico já proferidas, nomeadamente, afastamento ao limite do terreno de 5 metros e cércea máxima de 6,5 metros;

Ponderados ainda os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

Reunião de

2 0 OUT. 2015

Doctº Agendado com o
Nº 6

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal que delibere:

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações da requerente, Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A. nos termos do disposto no art. 5º nº 4 alín. a) do Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Paços do Concelho de Sintra, 8 de 10 de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra


Basílio Horta

Reunião de

2 0 OUT, 2015

Doctº Agendado com o
Nº 6

Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Galucho – Indústrias Metalomecânicas, S.A.

Parecer:

Concordo.
A Considero do Dece.
Seu Presidente, aprova-
-se a submissão do presente
pedido de Declaração de
Interesse Público aos
órgãos do Município

Despacho:

Concedido.
8/10/15
7.

De: Isabel Pinto dos Santos

Para: Exm^a. Sr^a Directora da DM-APG- Arq. Ana Queiroz do Vale

A firma Galucho, Indústrias Metalomecânicas, S.A. solicitou à CMS o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização e ampliação das suas instalações situadas em S. João das Lampas.

A empresa dedica-se à fabricação de máquinas e tratores para a agricultura, fabricação de carroçarias, reboques e semi-reboques.

1) Do Enquadramento Legal da Pretensão

O Decreto – Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, cria um Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário, o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Reunião de

2 0 OUT, 2015

Doctº Agendado com o
Nº 6

O citado diploma legal, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Este regime é aplicável também aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de atividade, incluindo as desconformes com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, estabelecimentos e explorações com título válido **cuja alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para aplicação do presente regime os estabelecimentos ou explorações devem comprovar que desenvolveram atividade por um período mínimo de 2 anos e que se encontram numa das seguintes situações:

- Em atividade ou cuja atividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano;
- Quando a laboração se encontre suspensa por autorização da entidade licenciadora por um período máximo de 3 anos.

O processo de regularização dos estabelecimentos, independentemente do regime sectorial aplicável, deve iniciar-se sempre com a obtenção de Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara (art.5ºD.L.165/14).

Esta é um dos elementos instrutórios do pedido de regularização, sendo requerida pelos interessados à Câmara, previamente à apresentação do pedido de regularização na entidade coordenadora, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público deve ser fundamentado com os elementos referidos no art. 5º, n.º 4, alíneas b) a g) e n.º 5 alíneas a) a c), g) a i) e n) sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

Reunião de
2 0 OUT. 2015
Docto Agendado com o
No 6

II) Do Pedido

O requerente deu entrada de pedido para Declaração de Interesse Municipal, com vista ao licenciamento das suas instalações industriais, tendo em vista os condicionamentos decorrentes da classificação do solo no PDM e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, conforme explicitado nas informações técnicas da DGLI n.º S.M.3805/2015

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho n.º 9-P/2015 de 21 de janeiro, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável, condicionado de acordo com as informações técnicas em anexo ao processo, remetendo o GPDM, a questão da ampliação dos estabelecimentos, para análise em fase de apreciação técnica, para adequação das soluções apresentadas à realidade territorial.

O requerente instruiu ainda o seu pedido, com os elementos previstos no art. 5.º n.º 4 do diploma e Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG, e ainda os previstos no n.º 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

A requerente possui atualmente 299 colaboradores. A faturação nos dois últimos anos, foi de € 17 669 766 no ano de 2013 e de € 17 384 138 no ano de 2014.

Alegou ainda, que os custos de deslocalização da empresa são inviáveis na presente conjuntura económica, implicando a cessação de uma marca centenária e a desativação do estabelecimento na freguesia de S. João das Lampas, onde residem 104 dos seus colaboradores.

III) Conclusão / Proposta

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal**, com os condicionantes constantes da **informação técnica da DGLI n.º S.M.3805/2015**, nomeadamente:

- Condicionada a que seja regularizada a inscrição matricial dos edifícios existentes e licenciados, até ao prazo de vigência do diploma (31.12.2015);

Reunião de

2 0 OUT. 2015

Doct.º Agendado com o
N.º 6

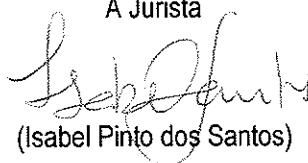
- A presente declaração de interesse municipal, quanto ao edifício titulado pelo OB/220/2008, será condicionada à observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, constantes das condições ao licenciamento urbanístico já proferidas, nomeadamente afastamento ao limite do terreno de 5 metros e cêrcea máxima de 6,5 metros;

Propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmº Sr. Presidente da Câmara para que em caso de concordância:

O presente processo seja remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações da requerente, **Galucho – Industrias Metalomecânicas, S.A.**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto no art.5º nº 4 alín. a) do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

À consideração Superior,

A Jurista



(Isabel Pinto dos Santos)

Reunião de

2 0 OUT, 2015

Doctº Agendado com o
Nº 6